

Best-sellers da ditadura: os livros mais vendidos sob o AI-5¹

Eliane Hatherly PAZ²
ECO-UFRJ

Resumo: Os estudos sobre a história do livro no Brasil durante a ditadura militar enfocam, em sua quase totalidade, as obras que foram proibidos de circular entre 1964 e 1985. Este artigo inverte o foco e mapeia *os livros mais vendidos* entre dezembro de 1968 e dezembro de 1978 – decênio em que vigorou o Ato Institucional nº5, o qual instaurou, entre outras medidas ditatoriais, a censura prévia aos livros – para responder à pergunta: o que liam os brasileiros sob o AI-5? A fonte serão as listas de best-sellers da revista *Veja*, semanário de notícias lançado em setembro de 1968, cuja evolução gráfica e relevância no periódico também estão aqui registradas. Como aporte teórico para observar o “circuito comunicacional” dos best-sellers, recorrerei à obra de Robert Darnton. Já Pierre Bourdieu dará suporte à minha reflexão sobre o campo literário brasileiro do período.

Palavras-chave: História do livro no Brasil; AI-5; best-sellers; campo literário; *Veja*.

Introdução

Enquanto a capa do jornal *O Globo* de 11 de setembro de 1968 informava que até 1970 a nave Apolo-7 seria enviada à Lua, os planos de Victor Civita e seu filho Roberto eram um pouco mais “pé-no-chão”: conquistar o espaço ainda pouco explorado das revistas semanais, território ocupado majoritariamente por *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, e pela *Manchete*, de Adolpho Bloch. Para alcançar esse objetivo, a editora Abril, de propriedade dos Civita, inspirou-se na *Time* americana³ como o modelo que traduzia à perfeição seu ousado projeto editorial: uma publicação em formato 27 x 21 cm, com 144 páginas em cores e em preto-e-branco, e que fosse “a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”, como anteviu Victor Civita na *Carta do Editor* de seu primeiro número. A edição de lançamento, que trazia na capa a data de 11.9.1968, foi vendida ao preço de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro)⁴ e distribuída para todo o país.

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista PDS-FAPERJ (2018-2019). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (PUC-Rio), pós-graduada em Docência do Ensino Superior (UNESA) e em Assessoria de Comunicação (UniverCidade). Possui especialização em Book Publishing - Formação Executiva na Indústria do Livro (FGV-RJ) e em Book Publishing (NYU). Doutora e Mestre em Letras (PUC-Rio). Atualmente, realiza pós-doutorado em *Comunicação e Estudos da Mídia* na ECO-UFRJ e integra o Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom-UFRJ). Pesquisa principalmente os temas: questões do campo editorial; história, produção e mercado editorial; censura e liberdade de expressão; novas tecnologias da informação e comunicação; história da leitura.

³ A primeira edição da *Time* americana foi publicada em 3 de março de 1923. A revista inventou o conceito de ‘semanário de notícias’.

⁴ O jornal *O Globo* recentemente aumentara de NCr\$0,20 para NCr\$0,30 o preço do seu exemplar diário.

Um ‘semanário de notícias’ era um conceito inovador para a sociedade brasileira, acostumada às revistas onde predominava a imagem, como as já citadas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Lançada com o nome de *Veja* (e leia⁵), a revista prometia o que não iria cumprir de forma ‘imperativa’: sua essência era o texto jornalístico. Dos quase 700 mil exemplares de lançamento, venderia menos de 100 mil apenas dois meses depois. *Veja* não “pegou”. Durante seus primeiros seis anos de vida, deu prejuízo à Abril:

A tiragem da edição 2 (...) baixou para 503 mil exemplares. (...) O encalhe (274 mil) foi 20% maior do que a venda (228.100), numa catástrofe inimaginada pela empresa. A revista começaria a rolar sem controle ladeira abaixo. Na terceira edição, vendeu 186.100; na quarta, 149.600; na quinta, 130 mil. (...) No início de novembro, dois meses depois de seu aparecimento nas bancas, a *Veja* passou a vender abaixo dos 100 mil. (MARANHÃO, 2016, p.178-179)

Apesar do ‘fracasso’ inicial, o conceito de *Veja* casava perfeitamente com a nova realidade que o país começava a viver e que, em pouco anos, condenaria as duas revistas de maior circulação daquele momento – *O Cruzeiro* e *Manchete*, fartamente ilustradas – ao declínio: o desenvolvimento e a popularização da televisão. O posicionamento *avant la lettre* do hebdomadário levaria *Veja* a se tornar a maior revista nacional de notícias a unir o país através da informação, com tiragem atual de quase um milhão de exemplares semanais; e sua “lista de livros mais vendidos” (doravante “LLMVs”) a ser referência nacional para produtores e consumidores de um bem cultural que veria seu setor se profissionalizar, segmentar e expandir exponencialmente a partir da década de 1970.

A lista de livros mais vendidos

Instrumento interno de medição das vendas nas livrarias, a natureza das LLMVs é comercial. Geradas pelos resultados comparativos das vendas de exemplares, sua função básica é determinar, para o livreiro, quais títulos devem ser recomprados, e, para o editor, quais devem ser reimpressos, caso a tiragem inicial não dê conta da demanda. Mesmo que não se apresentassem sob a forma que as consagrou entre o público leitor, ou seja, nas seções literárias da grande imprensa, as LLMVs sempre estiveram presentes no comércio e na divulgação dos livros. Inicialmente, circulavam como pequenos anúncios espalhados pelas páginas dos jornais, ou na contracapa de revistas literárias, e, no Brasil,

⁵ Acréscimo justificado apenas por não ser permitido registrar títulos de periódicos com uma palavra de uso comum (o complemento “e leia” desaparecerá a partir da edição 352, de 4 de junho de 1975).

tiveram sua primeira aparição, na forma em que as conhecemos, n’*O Globo* há 62 anos. De indicador de negócios da economia livreira à ferramenta de marketing editorial, as listas de best-sellers também passaram a ditar, para o grande público, o que deve ser lido.

Para além da acepção quantitativa das vendas, ‘best-seller’ igualmente define um tipo de literatura, ficcional ou não, que “se configura [como] uma poderosa estimuladora de leitura, [que] tem o poder de mobilizar o olhar e (...) a imaginação do leitor, [e cujo] fascínio duradouro [não se limita ao] efeito de estratégias mercadológicas”⁶. Chamei esses textos de “fast-books”, narrativas prontas para serem consumidas “com a rapidez com que se devora um hambúrguer” e que, assim como seu similar alimentício, *nutrem* milhares de pessoas com histórias envolventes e lúdicas, “[renovando] constantemente as suas regras de verossimilhança e os seus conteúdos, readaptando-os às novidades, às modas, às mutações ideológicas” (SODRÉ, 1978, p. 93-94).

Somado ao nosso fascínio por best-sellers, a nossa atração por listas é antiga e resiste à passagem do tempo. Um dos artefatos culturais mais populares do mundo, a primeira listagem de best-sellers surgiu em 1895⁷, no jornal literário *The Bookman*, da cidade de Nova York, nos Estados Unidos. Ela era mensal e composta apenas por títulos de ficção. Em 1912, a revista do mercado editorial americano *Publishers Weekly* lançou a sua, e apenas em 1942 o jornal *The New York Times* passou a publicar semanalmente o seu ranking nacional⁸. No Brasil, foi o poeta, ensaísta, crítico literário e futuro imortal da Academia Brasileira de Letras Antonio Olinto quem divulgou a primeira lista de livros mais vendidos: inspirada na do *The New York Times*, era publicada na seção *Porta de Livraria* do jornal *O Globo* e se chamava *Os best-sellers da quinzena*⁹. Lançada na edição de 3 de dezembro de 1956, era dividida entre livros nacionais e estrangeiros (categorização que ainda perduraria por 20 anos na imprensa brasileira).

Atuando na interseção entre o comércio, a indústria editorial, a mídia impressa e os leitores, as LLMVs são também o resultado de movimentos de convergência e de divergência entre os agentes que integram o que o historiador americano Robert Darnton

⁶ Em minha Dissertação (Mestrado em Letras) – intitulada *Isto e aquilo*: reflexões sobre a ‘literatura de entretenimento’ no Brasil – problematizo o conceito de literatura best-seller e proponho uma mudança de paradigma crítico em relação às obras que alcançam a consagração por seu volume de vendas. (PUC-Rio, 2003, inédita)

⁷ Data de 1864 o primeiro uso conhecido do termo best-seller na língua inglesa. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/best%20seller>>

⁸ A primeira lista de best-sellers do *New York Times* foi originalmente publicada em 12 de outubro de 1931, mas somente para a cidade de Nova York.

⁹ Em uma rápida pesquisa na internet, encontrei a primeira aparição do termo best-seller na imprensa brasileira na edição de 8 de junho de 1934 do *Jornal do Brasil*. N’*O Globo*, o termo surge em 10 de maio de 1940.

denomina *circuito da comunicação* de produção e de consumo dos livros: “(...) de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (...), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor” (DARNTON, 1990, p.112). Para ele, esse “modelo geral” possibilita ao pesquisador analisar heurísticamente o processo completo do livro como *meio de comunicação* fundamental para a transmissão cultural, uma vez que:

(...) cada fase [do processo comunicacional do livro] está ligada a: (1) outras atividades que uma determinada pessoa desenvolve num determinado ponto do circuito; (2) outras pessoas no momento temporal em outros circuitos; (3) outras pessoas em outros pontos no mesmo circuito; (4) outros elementos na sociedade. As três primeiras considerações se referem diretamente à *transmissão do texto*, ao passo que a última diz respeito a *influências externas*, que podem variar ao infinito. (*idem, ibidem*, p.114) [grifos meus]

Esse ciclo, que tem “relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural” (DARNTON, 1990, p.112), compõe o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu denomina *campo*. Darnton – apesar de “muito influenciado”¹⁰ por Bourdieu – restringe o seu foco ao “circuito para a transmissão do texto”. Bourdieu, por sua vez, partindo de uma abordagem dialética do processo social, acrescenta ao circuito de comunicação do livro de Darnton instrumentos de construção de análise sociológica – como as noções de *habitus*, capital simbólico, gosto, crença, dentre outros – denominando-o *campo literário*.

A gênese e a estrutura do campo literário são objeto de atenção específica de Bourdieu em *As regras da arte* (1996). Neste livro, uma obra de síntese fundamental, o sociólogo analisa o funcionamento do campo literário, definindo-o como o espaço social que reúne distintos grupos de literatos, romancistas e poetas que mantêm relações de colaboração e de enfrentamento entre si e com o campo de poder, sendo este o espaço das relações de força entre agentes que têm em comum possuir o capital necessário, isto é, as competências culturais, os laços sociais ou o reconhecimento da sociedade para ocupar posições dominantes nos diferentes campos. Um desses campos de poder é o campo econômico, onde a obra passa a ser compreendida no interior das condições de sua produção, por sua vez providas num determinado momento histórico pela estrutura do campo literário, por seu turno constituído por diversos atores sociais (autores, editores,

¹⁰ “Entrevista com Robert Darnton”, in *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, p. 389-397.

críticos, público) que, de forma individual ou coletivamente organizada, emitem posições sociais que se diferenciam e se opõem entre si.

Técnico e socialmente diferenciado, o campo literário sozinho não será, no entanto, suficiente para explicar nosso objeto de estudo. É preciso levar em conta também outras duas condições de sua autonomização: a existência de *instâncias de consagração específicas* e a existência de um *mercado*. Sobre a primeira, Bourdieu defende que o campo jornalístico – “o mais sujeito ao efeito do número e do mercado” (BOURDIEU, 1997, p. 109) – contribui para reforçar o “comercial” em detrimento do “puro”, ameaçando a autonomia dos diferentes campos de produção cultural. Uma prova dessa atuação sobre o campo editorial é justamente a constituição e a divulgação *pela e através da* imprensa de uma lista que relaciona livros unicamente por seu sucesso comercial. Para o sociólogo, introduzir uma *mentalidade* “índice-de-audiência” entre os produtores de bens simbólicos, como os editores, coloca em questão, por um lado, as próprias condições de produção das obras literárias e, por outro, as de recepção por parte de seu público, vistos como meros consumidores.

Quanto ao mercado, o sociólogo afirma que é o “grande público”, ou seja, os não-produtores de bens culturais – mas quem os compra e os consome – o responsável por “ameaçar a pretensão do campo [de produção erudita] ao monopólio da consagração cultural”, uma vez que é o “sucesso de público” — o seu “gosto” — que garante a venda e a notoriedade *fora do corpo de produtores*, e em desacordo com as normas de produção e os critérios de avaliação que são próprios a esse campo. Para Bourdieu (2015), essas significações de pertencimento que os bens e produtos recebem se tornam *meios de significar características* que se entendem como comuns a um determinado grupo ou classe. Particularmente no caso aqui estudado, o das listas de livros best-sellers, as reflexões do autor sobre gosto nos fazem inferir que uma das questões que inflamam a luta de forças no campo literário dos ‘livros mais vendidos’ é que estes promovem a dessacralização do autor “puro”, transferindo a consagração cultural de sua estética erudita para o autor “profano”, ou “empresário”, produtor de bens de consumo “ilegítimos”, afirmando o primado da função em detrimento da forma, do “gosto dos sentidos” sobre o “gosto da reflexão”, do prazer “fácil” sobre o prazer “sensível”; enfim, do “mau gosto” sobre o “bom gosto”.

Assim sendo, nossa investigação sobre as LLMVs da revista *Veja* foca em produtos vistos como “obras ilegítimas” – produtos do sistema da indústria cultural que

não exigem uma “disposição propriamente estética” para sua recepção e que se ajustam à demanda do público –, mas que combatem o *habitus*, ou seja, desafiam esse mesmo esquema de percepção e de apreciação, inculcado pelo sistema das instâncias de conservação e de consagração cultural dos bens simbólicos “legítimos”, produzido pelo campo erudito. Particularmente no momento histórico aqui analisado – os 10 anos de publicação sob o AI-5 – será o campo político, no exercício do poder ditatorial, quem definirá quais são as obras consideradas “ilegítimas”: os livros contra o Regime – e, por isso, *subversivos* –, ou aqueles contra a família e os costumes, taxados de *pornográficos*.

As listas de livros mais vendidos da *Veja* e o campo literário nacional

Em 1968, as listas de livros mais vendidos já não eram mais uma novidade na imprensa brasileira. Todos os grandes jornais cariocas já haviam tido as suas, que eram publicadas de preferência aos sábados, em seus cadernos culturais. No entanto, nenhuma delas teria a longevidade da lista da revista *Veja*¹¹.

Tabela 1: JORNAIS CARIOCAS E SUAS LISTAS DE LIVROS MAIS VENDIDOS

PERIÓDICO	INÍCIO DA LISTA	FIM DA LISTA	DURAÇÃO
O Globo (Porta de Livraria)	28.12.1956	30.06.1965	8 anos, 6 meses
Tribuna da Imprensa (Tribuna dos Livros)	19.01.1957	13.09.1958	1 ano, 8 meses
Jornal do Brasil (Suplemento do Livro – guia semanal de ideias e publicações) ¹²	20.08.1966	20.12.1969	3 anos, 4 meses
Jornal do Brasil (Livro)	30.01.1971	22.11.1975	4 anos, 10 meses
Jornal do Brasil (Caderno Ideias)	04.10.1986	28.08.2010	23 anos, 10 meses
O Globo (Prosa & Verso)	23.12.1995	12.09.2015	19 anos, 10 meses
O Globo (Segundo Caderno +)	09.12.2017	—	7 meses

Inicialmente, a lista “Os mais vendidos” da revista *Veja* não era fixa – sequer na página ou no número de títulos que arrolava – nem segmentava as obras. Publicada na

¹¹ As LLMVs da *Veja* foram interrompidas entre as edições de 9.4.1969 e 30.5.1973, pouco mais de quatro anos.

¹² O Suplemento do Livro estreia nesta data, mas sem as listas. Passa a publicá-las a partir da edição seguinte, de 17.09.66, onde classifica os autores em nacionais e estrangeiros, traz o ranking por capital brasileira (RJ, SP, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte) e respectivas livrarias consultadas. Apesar de seu auto intitular “guia semanal”, sai uma vez por mês, no terceiro sábado.

seção *Livros*, que trazia indicações dos lançamentos da semana, ‘estreou’ minúscula na página 134 com seis títulos, sendo cinco estrangeiros e apenas um nacional. Junto às obras, constavam os nomes dos autores e, entre parênteses, as casas por onde foram publicadas. Na edição seguinte, a lista migrou mais robusta para a página 15, com o dobro de títulos, sendo quatro de autores nacionais. No terceiro número, são 10 os livros. No quarto, a lista traz 11 títulos... Na verdade, a quantidade de livros listados variava de acordo com o espaço que ‘sobrava’ na página. Tal indefinição levanta a suspeita de que as LLMVs não eram importantes *para e na* revista. As listas só ocuparão uma página fixa 32 anos depois, a partir da edição de 22.3.2000, quando se instalam definitivamente na penúltima página de *Veja*: com novo layout, em uma coluna e com uma terceira categoria (*Auto Ajuda e Esotéricos*). Outro indício da irrelevância inicial das LLMVs é a ausência das fontes onde os dados das vendas foram coletados, no caso, os nomes das livrarias que forneciam seus relatórios de vendas para a revista.

A partir de 18.8.1976 as listas deixam de categorizar as obras como sendo de autores *nacionais* ou *estrangeiros* para classificá-las como *ficção* e *não-ficção*. Não há explicação da revista para a mudança. Uma primeira hipótese é a irrupção da temática nacional no segmento de não-ficção a partir da segunda metade da década de 1970. A segunda, efeito da profissionalização e da internacionalização do mercado editorial brasileiro. Já uma terceira teoria alega que antes haveria “um paternalismo em relação à literatura brasileira”¹³, que o crescimento do setor tornou obsoleto.

Em 2.4.1969 é publicada a última lista da década de 1960. A ausência do ranking se prolongaria até a edição de 30.5.1973. Uma exceção se deu na publicação de 21.6.1972. Cobrindo a II Bienal Internacional do Livro de São Paulo, o crítico literário e editor-assistente da *Veja* Leo Gilson Ribeiro – responsável pela seção de Literatura/Livros desde o lançamento do semanário – divulga uma lista com dados fornecidos pelas editoras. Nela registra-se, pela primeira vez, o volume de vendas alcançado em exemplares – no caso, dos 10 best-sellers de 1971: *Love story* (Record; 175 mil exemplares), *O chefão* (Expressão e Cultura; 100 mil), *Eram os deuses astronautas?* (Melhoramentos; 87 mil), *Vidas secas* (Martins; 50 mil exemplares) etc.

Passados pouco mais de quatro anos, as LLMVs reapareceriam na edição de 6.6.1973 sem que houvessem quaisquer comentários do editor da revista (*Carta ao leitor*)

¹³ ASSUMPÇÃO, Maria Elena O. O. in “O romance brasileiro contemporâneo enquanto produto editorial”, citada por REIMÃO, S. *Mercado editorial brasileiro*, p. 72.

ou do editor da seção sobre o sumiço. Se a ausência das listas foi sentida ou se sua volta foi comemorada pelos leitores, também não há registro na seção *Cartas* – nem na edição da semana seguinte nem nas posteriores. Mais um indício da insignificância das LLMVs enquanto artefato cultural.

Dois aspectos podem ser observados nas LLMVs da *Veja* do final da década de 1960: a *variedade* e a *diversidade* de editoras brasileiras¹⁴. Casas veteranas como Melhoramentos (editora a partir de 1915), Civilização Brasileira (1929), José Olympio (1931) e Record (1940) dividem as preferências dos leitores com as jovens Cultrix (1956) e Zahar (1957), e as então novatas Tempo Brasileiro (1962), Nova Fronteira (1965) e Sabiá (1966), para citar as mais conhecidas. Diferentes em idade, tamanho e também em suas linhas editoriais, segmentam-se em comerciais, universitárias, didáticas e “engajadas”, que publicam livros de oposição ao regime civil-militar¹⁵. Essas empresas compunham grande fatia do mercado e localizavam-se, majoritariamente, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nossos dois principais centros editoriais cuja importância, segundo Hallewell (2005, p.669), era “praticamente igual”. Assim como as editoras, as livrarias brasileiras se encontravam sobretudo na região Sudeste, como relata o consultor da UNESCO Robert Escarpit em análise realizada no país entre 6 e 11 de janeiro de 1969: “não existe no território nacional mais do que uma centena de livrarias que se dedicam exclusivamente à venda de livros e quase todas elas estão localizadas em São Paulo ou no Rio de Janeiro”¹⁶. Essa “insuficiência de livrarias”, aliás, foi apontada, no mesmo estudo, como um dos dois pontos fracos da indústria editorial nacional para a promoção do livro no país; o segundo sendo “a necessidade de modernização” das empresas de fabricação e de comercialização.

Dois anos depois, a mudança nesse quadro pode ser percebida na matéria publicada no Caderno B do *Jornal do Brasil* de 31 de dezembro de 1970¹⁷. Fazendo um balanço da cultura no ano que se encerrava, o jornalista e crítico literário Hélio Pólvora noticia, sem ocultar certa surpresa, que “cresce o número de editoras e aumenta o de livrarias”. Seu espanto resulta do fato de a vida literária nacional não acompanhar o ritmo industrial, que “edita bastante”, apesar de os dados dessa produção não estarem disponíveis. O jornalista também chama a atenção para a “preferência das editoras pelos

¹⁴ Os nomes das editoras só aparecerão nas LLMVs a partir da edição número 2.008, de 16.05.2007.

¹⁵ Um excelente estudo sobre as “editoras de oposição” foi realizado por Flamarion Maués e publicado em 2013.

¹⁶ “Relatório Escarpit”, in *Revista do Livro*, ano XII, número 39, 4º trimestre, 1969, p. 11-42.

¹⁷ [http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/23509?pesq=cresce o número de editoras](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/23509?pesq=cresce%20o%20n%C3%BAmero%20de%20editoras)

livros estrangeiros que têm público certo”, numa alusão aos best-sellers, responsáveis pelo aumento no número de traduções de obras técnicas e de ficção. A elevação no preço dos serviços gráficos, assim como os entraves para a comercialização do livro – “ainda não resolvida com a amplitude de mercado nacional” –, são outras características do movimento editorial de 1970, que tem a divulgação de seus produtos prejudicada pelo desaparecimento das revistas e suplementos literários.

Se na década de 1960 temos nove editoras disputando o ranking dos best-sellers da *Veja*, entre 1973-1978 são vinte a frequentar as LLMVs (Tabela 2): Francisco Alves (editora a partir de 1860), Melhoramentos (1915), Civilização Brasileira (1929), José Olympio (1931), Record (1940), Livraria Martins Editora (editora a partir de 1940), Difel - Difusão Europeia do Livro (1951), Bloch (1952), Cultrix (1956), Globo (editora a partir de 1956), Nova Fronteira (1965), Sabiá (1966), Paz e Terra (1967), Codecri (1968), Artenova (1970), Nórdica (1970), Alfa Ômega (1973), Rocco (1975), L&PM (1974) e Nova Época/BestSeller (?).

Tabela 2: EDITORAS NAS LISTAS DE MAIS VENDIDOS *VEJA* –1968, 1971, 1973-1978

	EDITORORA	FUNDAÇÃO	DF	TOTAL DE TÍTULOS NAS LISTAS
1	Francisco Alves	1860	RJ	3
2	Melhoramentos	1915	SP	7
3	Civilização Brasileira	1929	RJ	15
4	José Olympio	1931	RJ	13
5	Record	1940	RJ	24
6	Livraria Martins Editora	1940	SP	4
7	Difel (Difusão Europeia do Livro)	1951	SP	3
8	Bloch	1952	RJ	1
9	Cultrix	1956	SP	1
10	Globo	1956	RS	5
11	Zahar	1957	RJ	2
12	Tempo Brasileiro	1962	RJ	1
13	Nova Fronteira	1965	RJ	20
14	Sabiá	1966	RJ	4
15	Paz e Terra	1967	RJ	6
16	Codecri	1968	RJ	2
17	Artenova	1970	RJ	5
18	Nórdica	1970	RJ	9
19	Alfa Ômega	1973	SP	1
20	L&PM	1974	RS	2
21	Rocco	1975	RJ	1

Voltando às características gráficas das LLMVs, percebemos que *Veja* investiu na ‘profissionalização’ do ranking, que reaparece em novo formato gráfico, um box com

duas colunas de dez títulos – com seus respectivos autores agora classificados em nacionais e estrangeiros – e com os nomes das livrarias onde foram coletados os dados das vendas. Em junho de 1973, elas são 16: Aldeia, Cultura, Cultura 70, Siciliano Augusta, Siciliano Dom José, Teixeira (SP); Eldorado Tijuca, Entrelivros, Record, Freitas Bastos, Casa do Livro (GB); Editora Nordeste Ltda. (PE); Civilização Brasileira (BA); Lima (RS); Sodiler (DF); Atalaia (MG). Ao final da década de 70 temos as mesmas 16 livrarias, porém com novos estabelecimentos e dois novos Estados: Brasiliense, Cultura, Siciliano Augusta, Siciliano Dom José, Teixeira (SP); Entrelivros Leblon, Entrelivros Copacabana, Padrão, Freitas Bastos, (RJ); Atalaia (MG); Estante/Barra (BA); Editora do Nordeste (PE); Renascença (CE); Casa do Livro (DF); Ghignone (PR) e Lima (RS).

Outra novidade que surge com a década de 1970 são as listas *anuais* de livros mais vendidos. Sua “vida”, porém, será breve. Entre 1979 e 1998 (20 anos), elas deixarão de circular, reaparecendo e se estabelecendo definitivamente apenas a partir de 1999. Em janeiro de 1974, juntamente com a lista anual de best-sellers de 1973, a *Veja*¹⁸ traz uma seleta de 10 acontecimentos “literários” importantes do ano. Chamam a atenção os números da produção editorial de 1973 (“240 milhões de exemplares divididos em 20 mil títulos”, quase o dobro da produção de 1972), justificados por “uma enorme e saudável expansão do mercado de leitores”; a fundação do Círculo do Livro, em março de 1973, que já contava 45 mil sócios, tendo coeditado 67 títulos em 9 meses; o lançamento no Brasil, quase 100 anos depois de sua 1ª edição, de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, pela editora Hemus, com tiragem inicial de 5 mil exemplares esgotada; e a publicação do milésimo título do Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1970 com o objetivo de popularizar a leitura através do barateamentos dos exemplares.

Novo levantamento só será publicado com a lista anual de 1977, na edição de 4.1.1978. Diferentemente do anterior, deixa de lado o diagnóstico da indústria editorial para comentar a própria lista de mais vendidos. Sob o título “O gosto dos leitores”, indica a preferências dos leitores brasileiros dentre os 89 títulos que circularam pelas listas semanais de 1977: ficção estrangeira (33 dos 43 títulos), não ficção nacional (33/46). Também chama a atenção para a preferência dos brasileiros pelos best-sellers de ficção internacional, tendência que irá se repetir na última lista do decênio estudado, onde, dos 92 títulos que transitaram ao longo do ano de 1978 pela *Veja* (edição de 27.12.1978),

¹⁸ <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34274?page=72§ion=1>

32/45 são de ficção estrangeira e 28/47 de não ficção nacional. Esses “best-sellers da ditadura” serão analisados mais nitidamente a seguir.

O que liam os brasileiros sob o AI-5?

Para além da preocupação com tiragem e quantidade de exemplares vendidos, a imprensa e o mercado editorial brasileiros compartilhavam, em 1968, uma preocupação (in)comum: como publicar sob a censura de uma ditadura. Instalado no país a 31 de março de 1964, o governo militar havia completado quatro anos e meio no poder quando do lançamento de *Veja*, mas ainda não estabelecera a “linha dura” que viria a abolir a liberdade de imprensa e a censura prévia aos livros. Vivia-se ainda sob uma ditadura “envergonhada”, como o jornalista Elio Gaspari qualificou o período que vai do golpe militar até o anúncio do decreto AI-5, em 13.12.1968. O foco da censura aos livros, até então, recaía sobre as obras “imorais”, como as rotulava o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), subordinado ao Ministério da Justiça.

Ao analisarmos oito anos de LLMVs (1968, 1971 e 1973-1978), constatamos que, dentre os 118 livros publicados pelas 13 editoras com maior vendagem de exemplares, a preferência do leitor brasileiro recai sobre o gênero ficção (66%). E ficção escrita por autores estrangeiros. Dos 78 títulos arrolados nessa categoria, apenas 32 são de autores nacionais, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3: EDITORAS E GÊNEROS EDITORIAIS NAS LLMVs *VEJA* (1968, 1971, 1973-1978)

Posição	Editora	Livros nas listas	Gênero	
			Não Ficção	Ficção
1	Record	24	1	23
2	Nova Fronteira	20	7	13
3	Civilização Brasileira	15	8	7
4	José Olympio	13	4	7
5	Nórdica	9	1	7
6	Melhoramentos	7	1	6
7	Paz e Terra	6	5	1
8	Globo	5	3	2
	Artenova	5	1	4
9	Livraria Martins Editora	4	1	3
	Sabiá	4	1	3
10	Francisco Alves	3	1	2
	Difel (Difusão Europeia do Livro)	3	3	-
TOTAIS		118	37	78
			Nacional	Estrangeiro
			32	46

REIMÃO (1996) apresenta uma valiosa síntese desse “comportamento literário dos leitores comuns” (DARNTON, 1990, p. 110) em seu estudo sobre o mercado editorial brasileiro: no caso dos livros nacionais de ficção, ao longo desses oito anos conviveram nas LLMVs autores como Leon Eliachar e Millôr Fernandes, que produzem uma literatura cômica sobre o país; autores pertencentes ao *star system* televisivo, como Chico Anysio; uma literatura engajada calcada no romance político, que se propõe a contar a história recente do Brasil, como *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo, e *Gota d’água*, de Chico Buarque e Paulo Pontes; escritores cujos textos se caracterizam pela complexidade literária, como Clarice Lispector (*Água viva*) e Osman Lins (*Avalovara*); e autores de best-sellers, como Jorge Amado (*Teresa Batista e Tieta do agreste*) e José Mauro de Vasconcelos (*O veleiro de cristal e Vamos aquecer o sol*); entre outros.

Já no caso dos autores estrangeiros, é a ficção norte-americana que vai dominar as listas, representada por obras como *Aeroporto* e *O dinheiro* (Arthur Hailey), *Minha vida, meus amores* (Henry Ashbee), *Love story* (Erich Segal), *O exorcista* (W. P. Blatty), *Tubarão* (P. Benchley) e *O navegante* (Morris West), para citar algumas. Na segunda metade da década serão os autores latino-americanos, e seu “realismo fantástico”, os ocupantes das primeiras posições no ranking, com *O outono do patriarca* (Gabriel Garcia Marques), *Conversa na catedral* e *Tio Júlia e o escrevinhador* (Mario Vargas Llosa).

O segmento de não ficção nacional também é forte, e sofre transformações à medida que avança o processo de abertura política no país, cujo ponto alto é a Lei da Anistia, de agosto de 1979. Mas a preocupação com o resgate da memória e da história nacionais começa bem antes, e no mesmo ano em que as LLMVs passam a ser categorizadas em *ficção* e *não ficção*, 1976, temos *O governo Kubitschek* (M.V.M. Benevides). Em 1977, leem-se *A ilha*, relato da viagem do jornalista Fernando Morais a Cuba, *Os militares no poder* (Carlos Castello Branco), *Nação oprimida* (Marcos Freire) e *É hora de mudar* (Paulo Brossard). E, no último ano do país sob o AI-5, os best-sellers de não ficção incluem *O governo de João Goulart* (Moniz Bandeira), *Depoimento* (Carlos Lacerda), *Cuba de Fidel* (Ignacio de Loyola Brandão), *Lições de liberdade* (Sobral Pinto) e *Os militares no poder - Vol. 2* (C. Castello Branco). Também chega às LLMVs a trilogia memorialística de Pedro Nava (*Baú de ossos*, e *Balão cativo* e *Chão de ferro*).

Se no final da década de 1960 a não ficção estrangeira era dominado pelo teórico marxista Herbert Marcuse (*Eros e civilização*, *Idelologia da sociedade industrial* e *Materialismo histórico e existência*), que convivia com o pensamento liberal de Jean-

Jacques Servan-Schreiber (*O desafio americano*) e as teorias extraterrestres de Erich von Däniken (*Eram os deuses astronautas?*), nos anos 70 o segmento agrupava o esoterismo de Richard Bach (*Fernão Capelo Gaivota*), a pseudociência de Charles Berlitz (*O Triângulo das Bermudas e O mistério de Atlântida*), o autobiografismo de W. P. Blatty (*Direi que lembro de você*), o revisionismo histórico de Dee Brown (*Enterrem meu coração na curva do rio*) e a denúncia de Alexander Soljenítsin (*Arquipélago Gulag*).

Os temas políticos eram representados por *Os militares e a política* (Alfred Stepan), *O diário da CIA* (Philip Agree) e *Todos os homens do presidente* (B. Woodward e C. Bernstein). A década da censura prévia aos livros se encerra com *As veias abertas da América Latina* (Eduardo Galeano), *A ditadura dos cartéis* (Kurt Mirow) e *Anarquistas e comunistas no Brasil* (J. W. Foster Dulles) ocupando respectivamente o 1º, 2º e 6º lugares na lista anual de 1978. Nela também aparece um livro sobre a sexualidade feminina que veio ampliar o debate sobre o feminismo no Brasil: *O relatório Hite* (Shere Hite). Depois de meses nas listas de mais vendidos, a obra foi censurada e apreendida pelo Ministério da Justiça¹⁹ por ser considerada pornográfica. O decreto, assinado por Armando Falcão, seria publicado em 7.8.78 no *Diário Oficial*, apenas dois meses antes da promulgação, em 13 de outubro, da Emenda Constitucional número 11, que revogaria o Ato Institucional número 5 a partir de 1º de janeiro de 1969.

Uma questão que não pode passar despercebida é que, a partir de 1977, se verifica um gradual ‘apagamento’ do autor brasileiro de ficção das LLMVs, e o domínio dos estrangeiros. Passados 40 anos, em uma rápida comparação com a lista anual de 2017 (ficção e não ficção)²⁰ comprova-se o que já era fato no final da década de 1970: que “o leitor deste país diverte-se em inglês e preocupa-se em português”²¹. A permanente ausência de rankings de vendas de livros de autores nacionais de ficção é uma anomalia que (ainda) precisa ser sanada pela mídia brasileira²². Mas este é assunto para um outro artigo.

¹⁹ Decreto MJ 28-988/78.

²⁰ <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/129198?page=96§ion=1>

²¹ <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34013?page=74§ion=1>

²² Desde abril de 2013, o portal PublishNews divulga lista mensal de autores nacionais mais vendidos nas livrarias brasileiras. Disponível em < <http://www.publishnews.com.br/materias/2015/04/08/81355-marco-em-boa-companhia>

Conclusão

As idas e vindas das listas de livros mais vendidos como seção ou subseção da editoria *Artes & Espetáculos* ou *Cultura da Veja* foram acompanhadas de alterações em seu layout, cuja materialidade foi se tornando, com o passar dos anos, mais equilibrada e harmônica, resultando em uma leitura mais atraente, fluida e agradável do ranking.

Essas mudanças no modo de apresentação do conteúdo das listas acompanharam, ainda, a evolução do bem cultural *livro* e sua penetração nas camadas da sociedade brasileira. Mesmo que a metodologia das LLMVs seja altamente problemática, e muitas pessoas da indústria livreira assumam que há controvérsias na apuração de seus dados, editores e livreiros têm interesse em cultivar a *autoridade* das listas de livros mais vendidos quanto às tendências e os gostos literários de uma determinada época.

Deixando de lado a discussão sobre o valor literário dos best-sellers, entendo que eles são extremamente importantes para nós, cientistas sociais e pesquisadores da indústria cultural, pelo lugar que ocupam na sociedade e na vida dos leitores. Entretanto, ainda temos pouca compreensão de seu significado social e do que as listas representam de fato para o campo cultural brasileiro.

Neste aspecto, somos um país longe de uma tradição de pesquisas acadêmicas, onde a pergunta “o que é um best-seller” raramente é feita. Existem, sim, estudiosos brasileiros de diversas áreas do conhecimento – como Muniz Sodré (cujos clássicos *Teoria da literatura de massa* e *Best-seller: a literatura de mercado* completam respectivamente 40 e 30 anos em 2018), Waldenyr Caldas, Ecléa Bosi, Lígia Averbuck, Marlyse Meyer, José Paulo Paes, Alessandra El Far, Walnice Nogueira Galvão, Isabel Travancas, Silvia Borelli e Sandra Reimão, dentre outros – que se ocuparam da decifração e das condições de produção e de recepção dos best-sellers. Mas ainda não foi produzido, no Brasil, um estudo que investigue os best-sellers inseridos no campo cultural nacional e, neste, sob a perspectiva das forças de cooperação e de embate entre os agentes do campo literário e os do campo midiático ao longo dos anos de consolidação de nosso mercado editorial.

Quanto ao seu significado social, a literatura best-seller deve ter espaço na discussão científica não por sua suposta falta de qualidade literária, mas pelo que ela representa hoje para o leitor médio, particularmente o brasileiro, assim como pelo circuito comunicacional que ela mobiliza. No entanto, subsiste um certo preconceito acadêmico

que insiste em classificar essa literatura como um gênero menor do ponto de vista dos que defendem a literatura “pura”, ou seja, “desinteressada”, como bem coloca Bourdieu.

Parafraseando Robert Darnton (1982; 1990), precisamos saber mais sobre o mundo por trás dos best-sellers. Este artigo, que constitui a primeira etapa de minha pesquisa de pós-doutoramento, fornece apenas um reconhecimento preliminar do território. No fundo, é apenas um convite a explorar um universo que nos é ainda bastante desconhecido.

Bibliografia

- ACERVO DIGITAL REVISTA VEJA. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>>
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- _____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 5ª edição: 2001.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil ; Lisboa: Difel, 1989.
- DARNTON, R. “O que é a história do livro?”, in **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. SP: Cia. das Letras, 1990. pp. 109-131.
- JORNAL DO BRASIL. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2013. 3ª edição.
- MARANHÃO, C. **Roberto Civita: o dono da banca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- PORTAL PUBLISHNEWS. Disponível em <<http://www.publishnews.com.br/>>
- REIMÃO, S. **Mercado editorial brasileiro (1960-1990)**. São Paulo: Com Arte / FAPESP, 1996.